

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº de 2019

(Do Senhor Deputado LEONARDO MONTEIRO)

Requer a realização de Audiência Pública com representantes da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e entidades sindicais, para debaterem e prestarem esclarecimentos sobre notícias de privatização dos Correios.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública e convidados os representantes das instituições abaixo listadas, para debaterem e prestarem esclarecimentos sobre as recentes notícias de privatização da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:

- Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Marcos Cezar Pontes;
- Presidente da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Sr. General Juarez Cunha;
- FENTECT – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares;
- FINDECT – Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios;
- ANATECT – Associação Nacional dos Trabalhadores da ECT;
- AACB – Associação dos Analistas de Correios do Brasil;
- ADCAP – Associação dos Profissionais dos Correios;
- FAACO – Federação dos Aposentados, Aposentáveis e Pensionistas dos Correios e Telégrafos.

JUSTIFICAÇÃO

A Agência Brasil noticiou, em 26/04/19, que “o presidente Jair Bolsonaro autorizou a realização de estudos para a privatização dos Correios”. A informação foi confirmada em publicação no próprio Twitter do presidente.

O Brasil vive hoje uma crise política sem precedentes que alimenta uma crise econômica, ampliada também por uma nova e retrógrada agenda do governo federal para o País. Esta não é a primeira investida desse atual governo, atacando a soberania nacional e promovendo a privatização do patrimônio dos brasileiros. Entre os planos de privatizar empresas públicas como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás, já iniciada com a venda de ativos, está agora a entrega dos Correios para o capital internacional.

Os Correios têm uma história de 350 anos, pautada pela relevância social e a contribuição para a integração do país. Essa empresa, que agora querem reduzir sob o falso discurso de “prejuízo”, está em todos os municípios brasileiros, e cumpre importante papel, que vai além da entrega de correspondências. É uma instituição que leva cidadania aos brasileiros, com uma rede de serviços públicos que vai de agências, caixas de correios a postos de distribuição postal. E é graças a essa empresa que regiões pobres e afastadas, negligenciadas e abandonadas por empresas da iniciativa privada, conseguem ter acesso aos serviços do Estado brasileiro.

Os Correios sempre apoiaram fortemente o desenvolvimento e a soberania nacional. Alguns dados e informações de atuação são importantes de destacarmos como a integração da economia nacional, pela atuação em mais de 5.500 municípios; a participação da ocupação do espaço físico brasileiro, sendo responsável pela criação de endereços, juntamente com as prefeituras municipais; e a geração de receitas da ordem de R\$ 19 bilhões/ano, aproximadamente 0,33% do PIB Brasileiro. Mas não para por aí. Os Correios promovem a garantia do direito constitucional da universalidade do serviço postal; praticam preços justos nos serviços de correspondência, em mercado com tendência à formação de oligopólio quando executado pelo setor privado. E aqui é importante ressaltar que as tarifas do serviço postal brasileiro estão dentro das faixas mais baixas do mundo.

São os Correios que atuam também como agente regulador de preços no mercado concorrencial (encomendas), garantindo preços similares em mercados desenvolvidos ou não, além de garantir o serviço nas localidades carentes e microempresas, entre outros. A instituição também garante preços de serviços reduzidos para localidades afastadas e de pouca viabilidade econômica; disponibiliza serviços bancários a municípios de baixa renda,

possibilitando a circulação de recursos na localidade, além de efetuar pagamentos do INSS, frentes de trabalho, entre outros; e garante cidadania, ao disponibilizar serviços públicos para a população, como o registro de CPF, distribuição de urnas eleitorais, distribuição de livros didáticos, recolhimento de leite materno, serviço militar, correspondência judicial, entre outros.

E é também uma empresa que dá mais de 115 mil empregados, permitindo o sustento de quase 400 mil pessoas entre empregados e familiares.

Portanto, é necessário que o governo esclareça a esta Casa as razões que o levam a promover a privatização de uma empresa tão útil e importante para o desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro.

Assim, solicitamos o apoio dos demais pares, para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 07 de maio de 2019

LEONARDO MONTEIRO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG